

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	9
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	27/04/2015	Dividendo	30/04/2015	Ordinária		0,04640
Reunião do Conselho de Administração	27/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2015	Ordinária		0,00646
Reunião do Conselho de Administração	26/05/2015	Dividendo	28/05/2015	Ordinária		0,00088
Reunião do Conselho de Administração	26/05/2015	Dividendo	28/05/2015	Ordinária		0,05600
Reunião do Conselho de Administração	26/05/2015	Juros sobre Capital Próprio	28/05/2015	Ordinária		0,00682
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2015	Dividendo	29/06/2015	Ordinária		0,06470
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	29/06/2015	Ordinária		0,00705

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.677.534	1.617.025
1.01	Ativo Circulante	220.290	125.972
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	144.461	48.187
1.01.03	Contas a Receber	57.737	65.314
1.01.03.01	Clientes	57.677	65.178
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	60	136
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.833	1.050
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.833	1.050
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.905	2.114
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.354	9.307
1.01.08.03	Outros	9.354	9.307
1.01.08.03.01	Outros Créditos	9.354	9.307
1.02	Ativo Não Circulante	1.457.244	1.491.053
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	66.104	56.172
1.02.01.03	Contas a Receber	1.806	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.806	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.457	3.967
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.457	3.967
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	55.841	52.205
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	55.841	52.205
1.02.03	Imobilizado	37.278	44.919
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	37.278	44.919
1.02.04	Intangível	1.353.862	1.389.962
1.02.04.01	Intangíveis	1.353.862	1.389.962

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.677.534	1.617.025
2.01	Passivo Circulante	116.440	128.331
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.848	5.693
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.848	5.693
2.01.02	Fornecedores	13.695	20.646
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.695	20.646
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.179	9.447
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.179	9.447
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	7.179	9.447
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.139	25.974
2.01.04.02	Debêntures	6.139	25.974
2.01.05	Outras Obrigações	66.421	33.094
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	39.146	7.772
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	38.710	6.195
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	436	1.577
2.01.05.02	Outros	27.275	25.322
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.522	0
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	17.840	17.423
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	7.913	7.899
2.01.06	Provisões	18.158	33.477
2.01.06.02	Outras Provisões	18.158	33.477
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	10.051	18.497
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	8.107	14.980
2.02	Passivo Não Circulante	1.183.419	1.108.998
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.009.648	947.305
2.02.01.02	Debêntures	1.009.648	947.305
2.02.02	Outras Obrigações	35.788	42.918
2.02.02.02	Outros	35.788	42.918
2.02.02.02.03	Obrigações com o poder concedente	27.161	32.248
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	8.627	10.670
2.02.04	Provisões	137.983	118.775
2.02.04.02	Outras Provisões	137.983	118.775
2.02.04.02.04	Provisão para perda tributária, trabalhista e cível	65.264	62.164
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	70.197	54.174
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	2.522	2.437
2.03	Patrimônio Líquido	377.675	379.696
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	491	409
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	491	409
2.03.04	Reservas de Lucros	60.509	76.740
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	16.231
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	14.128	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	212.288	442.956	310.109	572.399
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-91.997	-185.131	-202.149	-313.457
3.03	Resultado Bruto	120.291	257.825	107.960	258.942
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.700	-25.430	-9.345	-26.264
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.699	-25.427	-9.345	-26.257
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	-3	0	-7
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	106.591	232.395	98.615	232.678
3.06	Resultado Financeiro	-34.739	-83.136	-26.619	-59.126
3.06.01	Receitas Financeiras	8.040	12.978	7.909	16.746
3.06.02	Despesas Financeiras	-42.779	-96.114	-34.528	-75.872
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	71.852	149.259	71.996	173.552
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.429	-45.993	-22.927	-55.959
3.08.01	Corrente	-24.297	-50.483	-22.932	-55.182
3.08.02	Diferido	1.868	4.490	5	-777
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	49.423	103.266	49.069	117.593
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	49.423	103.266	49.069	117.593
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,18278	0,38192	0,18148	0,43491

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	49.423	103.266	49.069	117.593
4.03	Resultado Abrangente do Período	49.423	103.266	49.069	117.593

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	272.338	302.202
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	283.376	268.304
6.01.01.01	Lucro Líquido	103.266	117.593
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	60.915	52.672
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e intangível	4.568	13
6.01.01.04	Receita financeira de títulos e valores mobiliários - vinculados	0	-1.584
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	84.681	67.175
6.01.01.06	Variação monetária sobre obrigações com o poder concedente	3.632	3.860
6.01.01.07	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	2.868	7.409
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	3.533	637
6.01.01.09	Tributos diferidos	-4.490	777
6.01.01.10	Prêmio de opções com base em ações	82	86
6.01.01.11	Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	-25	15
6.01.01.12	Constituição dos depósitos judiciais	82	0
6.01.01.13	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-3.107	-512
6.01.01.14	Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	23.515	19.046
6.01.01.15	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	3.856	1.117
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.038	33.898
6.01.02.01	Clientes	7.526	8.774
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-2.783	-5.159
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-2.791	1.147
6.01.02.04	Outros créditos	-1.853	-737
6.01.02.05	Fornecedores	-6.951	-8.223
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	-845	-278
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-2.268	-2.532
6.01.02.08	Partes relacionadas - fornecedores - contas a receber	31.450	54.427
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-2.029	-3.303
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social	-6.873	3.087
6.01.02.11	Pagamento dos depósitos judiciais	-611	-746
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-3.301	-1.924
6.01.02.13	Pagamento de Manutenção e Construção de obras	-19.709	-10.635
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-21.742	-170.988
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-1.902	-7.437
6.02.02	Aquisição de intangível	-19.840	-163.551
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-154.322	-250.760
6.03.01	Obrigações com o poder concedente	-8.302	-8.073
6.03.02	Títulos e valores mobiliários - vinculados	0	-8.504
6.03.04	Pagamento de debêntures	0	-31.500
6.03.05	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	-750
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-103.847	-138.278
6.03.07	Juros pagos	-42.173	-63.655

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	96.274	-119.546
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	48.187	323.623
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	144.461	204.077

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	409	76.740	0	0	379.696
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	409	76.740	0	0	379.696
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	82	-16.231	-89.138	0	-105.287
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	82	0	0	0	82
5.04.06	Dividendos	0	0	-16.231	-78.783	0	-95.014
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.355	0	-10.355
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	103.266	0	103.266
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	103.266	0	103.266
5.07	Saldos Finais	302.547	491	60.509	14.128	0	377.675

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	198	99.249	0	0	401.994
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	198	99.249	0	0	401.994
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	86	-38.740	-98.227	0	-136.881
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	86	0	0	0	86
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.740	-89.225	0	-127.965
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.002	0	-9.002
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	117.593	0	117.593
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	117.593	0	117.593
5.07	Saldos Finais	302.547	284	60.509	19.366	0	382.706

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	481.789	609.552
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	429.968	412.341
7.01.02	Outras Receitas	19.575	18.697
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	32.246	178.514
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-131.339	-268.841
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-110.546	-248.390
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.793	-20.451
7.03	Valor Adicionado Bruto	350.450	340.711
7.04	Retenções	-60.915	-52.672
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-60.915	-52.672
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	289.535	288.039
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.978	16.746
7.06.02	Receitas Financeiras	12.978	16.746
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	302.513	304.785
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	302.513	304.785
7.08.01	Pessoal	16.640	16.516
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.492	12.222
7.08.01.02	Benefícios	4.630	3.705
7.08.01.03	F.G.T.S.	518	589
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	84.812	93.112
7.08.02.01	Federais	62.401	71.692
7.08.02.03	Municipais	22.411	21.420
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	97.795	77.564
7.08.03.01	Juros	21.862	23.913
7.08.03.02	Aluguéis	1.681	1.692
7.08.03.03	Outras	74.252	51.959
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	103.266	117.593
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	10.355	9.002
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	92.911	108.591

Comentário do Desempenho

Ecovias dos Imigrantes anuncia resultados do 2T15 e 1S15: Volume de tráfego de 15,3 milhões de veículos equivalentes no 2T15

São Bernardo do Campo, 14 de agosto de 2015 – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2015 (2T15) e primeiro semestre de 2015 (1S15). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre de 2014 (2T14) e primeiro semestre de 2014 (1S14).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego atingiu 15.278 mil veículos equivalentes pagantes no 2T15, crescimento de 5,2 %.
- O EBITDA, no 2T15, foi de R\$ 137,2 milhões, com margem EBTIDA de 64,6%. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$ 150,1 milhões, com margem de 75,7%.
- O lucro líquido foi de R\$ 49,5 milhões no 2T15 e de R\$ 103,3 milhões no 1S15.

Destaques (em milhões de R\$)	2T15	2T14	Var.	1S15	1S14	Var.
Volume de tráfego	15.278	14.526	5,2%	31.610	31.278	1,1%
Tarifa Média ¹	13,53	13,04	3,8%	13,60	13,18	3,2%
Receita líquida	212,3	310,1	-31,5%	443,0	572,4	-22,6%
Lucro líquido	49,5	49,1	0,8%	103,3	117,6	-12,2%
EBITDA ²	137,2	125,2	9,6%	293,3	285,4	2,8%
Margem EBITDA	64,6%	40,4%	24,2 p.p.	66,2%	49,9%	16,3 p.p.
Capex	33,2	102,2	-67,5%	41,5	181,6	-77,1%

¹ (em milhares de veículos equivalentes pagantes)

² em Reais= LucroLíquido+IRPJ/CSLL+Despesas Financeiras Líquidas+Depreciação/Amortização

COMPANHIA

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos imigrantes” ou “Companhia”) opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo com o porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. O contrato de concessão para administrar seus 176,8 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 40 milhões de veículos pedagidos, foi firmado em 1998, com o Estado de São Paulo. A ligação da maior cidade do País com a

Comentário do Desempenho

região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas Rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055, antiga Pedro Taques), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055, antiga Piaçaguera-Guarujá) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP-059).

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias dos Imigrantes foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, sendo o Grupo EcoRodovias a única holding do setor com todas as suas concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental (ISO 14001), qualidade (ISO 9001) e saúde e segurança do trabalho (OHSAS 18001), exceto a mais recente ECO101.

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 15.278 mil no 2T15 e 31.610 mil no 1S15, crescimentos de 5,2% e 1,1%, respectivamente. O tráfego comercial no 2T15 foi influenciado pelo aumento nas exportações de soja e milho pelo Porto de Santos, enquanto os veículos de passeio tiveram influência positiva das condições climáticas e feriados prolongados.

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	2T15	2T14	Var.	1S15	1S14	Var.
Comercial	7.315	7.161	2,2%	14.260	14.495	-1,6%
Passeio	7.963	7.365	8,1%	17.350	16.783	3,4%
Total	15.278	14.526	5,2%	31.610	31.278	1,1%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$)	2T15	2T14	Var.	1S15	1S14	Var.
Ecovias dos Imigrantes	13,53	13,04	3,8%	13,60	13,18	3,2%

A tarifa média na Ecovias dos Imigrantes foi impactada pelo maior fluxo de veículos nas praças de pedágio que possuem tarifas menores. Em 01 de julho de 2015, a Ecovias dos Imigrantes obteve reajuste contratual de 4,11% pelo IGP-M e a cada dois anos a diferença entre IGP-M e IPCA será compensado através de extensão do prazo da concessão.

A partir de 01 de julho de 2014 a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) adotou reajuste médio na tarifa de pedágio da concessionária Ecovias dos Imigrantes, de 4,58%. A Ecovias do Imigrantes não concorda com o reajuste determinado unilateralmente pela Artesp pois não corresponde à aplicação do índice previsto no contrato de concessão e está tomando as medidas cabíveis ao cumprimento do contrato.

Comentário do Desempenho

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$ 231,0 milhões no 2T15 e R\$ 481,8 milhões no 1S15, redução de 29,4% e 21,0% devido à redução na receita de construção, conforme explicado abaixo:

Receita Bruta						
(em milhões de R\$)	2T15	2T14	Var.	1S15	1S14	Var.
Receitas de Pedágio	206,7	189,4	9,1%	430,0	412,3	4,3%
Receitas Acessórias	10,2	9,4	8,5%	19,6	18,7	4,8%
Receita de Construção ICPC-01	14,1	128,5	-89,0%	32,2	178,5	-82,0%
Total	231,0	327,3	-29,4%	481,8	609,5	-21,0%

Receita de Pedágio - crescimento de 9,1% no 2T15, resultante do aumento no volume de tráfego pedagiado e ao reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho de 2014

Receita Acessória - incremento de 8,4% no 2T15, proveniente, principalmente, do monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – redução de 89,0% devido, principalmente, à conclusão das obras referentes ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes em outubro de 2014.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram redução de 50,1% e totalizaram R\$ 105,6 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 48,0 milhões, aumento de 8,4% no 2T15, em com inflação registrada no período.

Custos operacionais e despesas administrativas						
(em milhões de R\$)	2T15	2T14	Var.	1S15	1S14	Var.
Pessoal	8,6	8,6	0,0%	16,6	16,5	0,6%
Conservação e manutenção	3,0	3,4	-11,8%	6,6	6,7	-1,5%
Serviços de terceiros	26,1	25,3	3,2%	51,1	49,8	2,6%
Poder concedente e seguros	5,6	4,3	30,2%	11,3	10,0	13,0%
Outros	4,7	2,7	74,1%	8,3	6,5	27,7%
Custos Caixa	48,0	44,3	8,4%	93,9	89,5	4,9%
Provisão manutenção ICPC 01	12,9	12,1	6,6%	23,5	19,0	23,7%
Custo de construção de Obras ICPC 01	14,1	128,5	-89,0%	32,2	178,5	-82,0%
Depreciação	30,6	26,6	15,0%	60,9	52,7	15,6%
TOTAL	105,6	211,5	-50,1%	210,5	339,7	-38,0%

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA, no 2T15, foi de R\$ 137,2 milhões (margem EBITDA 64,6%) e de R\$ 293,3 milhões no 1S15 (margem EBITDA 66,2%). O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$ 150,1 milhões no 2T15 e R\$ 316,8 milhões no 1S15 com margem EBITDA de 75,7% e 77,1% respectivamente.

EBITDA (em milhões de R\$)	2T15	2T14	Var.	1S15	1S14	Var.
Lucro Líquido	49,5	49,1	0,8%	103,3	117,6	-12,2%
IR/CS	22,4	23,0	-2,6%	46,0	56,0	-17,9%
Resultado Financeiro	34,7	26,5	30,9%	83,1	59,1	40,6%
Depreciação e Amortização	30,6	26,6	15,0%	60,9	52,7	15,6%
EBITDA	137,2	125,2	9,6%	293,3	285,4	2,8%
Margem EBITDA	64,6%	40,4%	24,2 p.p.	66,2%	49,9%	16,3 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 2T15 foi negativo em de R\$ 34,7 milhões, crescimento de 30,5% devido, principalmente, à variação do IPCA (indexador das debêntures) em 0,7 p.p. entre março, abril e maio de 2014 quando comparado com o mesmo período de 2015.

Resultado Financeiro (em milhões de R\$)	2T15	2T14	Var.	1S15	1S14	Var.
Varição Monetária, líquida	(27,1)	(19,5)	39,0%	(64,3)	(45,1)	42,6%
Juros sobre fin. e debêntures	(10,6)	(11,3)	-6,2%	(21,9)	(23,9)	-8,4%
Outros efeitos financeiros	1,2	(3,0)	-140,0%	0,5	(5,3)	-109,4%
Receitas Financeiras e outras	3,8	7,7	-50,6%	6,5	16,3	-60,1%
Ajustes a valor presente ICPC-01	(2,0)	(0,5)	300,0%	(3,9)	(1,1)	254,5%
TOTAL	(34,7)	(26,6)	30,5%	(83,1)	(59,1)	40,6%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido totalizou R\$ 49,5 milhões no 2T15 e R\$ 103,3 milhões no 1S15, crescimento de 0,8% em relação ao 2T14 e queda de 12,2% em relação ao 1S14.

ENDIVIDAMENTO

A Ecovias dos Imigrantes encerrou junho de 2015 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 144,5 milhões. O endividamento financeiro bruto da Ecovias dos Imigrantes (composto por empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures) atingiu R\$ 1.015,8 milhões em 30 de junho de 2015 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), foi de R\$ 871,3 redução de 5,8% quando comparado com 31 de dezembro de 2014.

Comentário do Desempenho

Endividamento (em milhões de R\$)	30/06/2015	31/12/2014	Var.
Curto Prazo	6,1	26,0	-76,5%
Debêntures	6,1	26,0	-76,5%
Longo Prazo	1.009,7	947,3	6,6%
Debêntures	1.009,7	947,3	6,6%
Endividamento Financeiro Bruto¹	1.015,8	973,3	4,4%
Credor pela Concessão	45,0	49,7	-9,5%
Endividamento Bruto	1.060,8	1.023,0	3,7%
Caixa e equivalentes de caixa	144,5	48,2	199,8%
Dívida Líquida	916,3	974,8	-6,0%
Endividamento Financeiro Líquido¹	871,3	925,1	-5,8%

¹ Exclui a dívida com o credor pela concessão

CAPEX

O Capex realizado pela Ecovias dos Imigrantes totalizou R\$ 33,2 milhões no 2T15. Os principais investimentos realizados foram investimentos em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

(em milhões de R\$)	2T15			2T14			Var Total 2T15 x 2T14
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
Capex	20,9	12,3	33,2	96,7	5,5	102,2	-67,5%

(em milhões de R\$)	1S15			1S14			Var Total 1S15 x 1S14
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
Capex	21,8	19,7	41,5	171,0	10,6	181,6	-77,1%

Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2015: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *“Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”*). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 235,0 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A concessão, pelo prazo inicial de 20 anos, posteriormente postergado por mais 88 meses e 11 dias, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência até outubro de 2025. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 16.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2015 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 10 de agosto de 2015.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)” e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nºs 2, 3 e 4 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014”), publicadas no dia 18 de março de 2015 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, não há impactos relevantes para a Companhia.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	5.397	6.738
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (a)	138.003	36.030
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)	1.061	5.419
	<u>144.461</u>	<u>48.187</u>

(a) Fundo de investimento enquadrado na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa do valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Em 30 de junho de 2015, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 15,8% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 77,5% em Operações Compromissadas e 6,7% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,2% (100,9% em 31 de dezembro de 2014) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) A Companhia possui ainda aplicação financeira no Banco Itaú Unibanco S.A., na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata nessa modalidade é de R\$1.061 (R\$5.419 em 31 de dezembro de 2014).

5. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias. A composição está assim representada:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pedágio eletrônico	53.043	59.866
Cupons de pedágio	2.101	2.805
Receitas acessórias	2.622	2.621
(-) Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	(89)	(114)
	<u>57.677</u>	<u>65.178</u>

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
A vencer	57.491	65.152
Vencidos:		
Até 30 dias	185	19
De 31 a 60 dias	1	2
De 61 a 90 dias	-	5
Acima de 90 dias	-	-
Acima de 120 dias	89	114
	<u>57.766</u>	<u>65.292</u>

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Saldo inicial	114	82
Constituição de PCLD no período	66	15
Valores recuperados no período	(91)	-
	<u>89</u>	<u>97</u>

6. Despesas antecipadas

O saldo de R\$4.905 (R\$2.114 em 31 de dezembro de 2014) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, classificado no ativo circulante. Vide Nota Explicativa nº 26.

7. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Saldo inicial	52.205	9.905
Adições	611	746
Baixas	(82)	-
Atualização monetária	3.107	512
Saldo final	<u>55.841</u>	<u>11.163</u>

Notas Explicativas

8. Imobilizado

	Custo				Depreciação				Residual		
	Saldos em		Transf.		Saldos em		Baixas		Saldos em		
	Taxas médias anuais de depreciação %	31/12/2013	Adições	Baixas	30/06/2014	31/12/2013	Adições	Baixas	30/06/2014	31/12/2013	
Hardwares	6,0	93.075	4.261	(64)	-	97.272	(2.866)	60	(80.645)	16.627	15.236
Máquinas e equipamentos	9,2	14.308	1.601	-	-	15.909	(8.773)	-	(9.471)	6.438	5.535
Móveis e utensílios	7,0	5.679	22	(6)	-	5.695	(3.137)	5	(3.332)	2.363	2.542
Terrenos	-	3.304	-	-	-	3.304	-	-	-	3.304	3.304
Edificações	7,1	3.033	-	-	-	3.033	(788)	-	(896)	2.137	2.245
Veículos	16,5	3.607	747	-	-	4.354	(2.831)	-	(3.160)	1.194	776
Instalações	10,4	5.102	751	-	-	5.853	(1.182)	-	(1.468)	4.385	3.920
Outros	-	6.134	55	(6)	(5.308)	875	-	-	-	875	6.134
		134.242	7.437	(76)	(5.308)	136.295	(94.550)	65	(96.972)	37.323	39.692

	Custo				Depreciação				Residual		
	Saldos em		Transf.		Saldos em		Baixas		Saldos em		
	Taxas médias anuais de depreciação %	31/12/2014	Adições	Baixas	30/06/2015	31/12/2014	Adições	Baixas	30/06/2015	31/12/2014	
Hardwares	5,9	100.469	1.132	-	101.601	(83.638)	(2.966)	-	(86.604)	14.997	16.831
Máquinas e equipamentos	8,6	17.864	162	(6)	18.022	(10.258)	(769)	-	(11.026)	6.996	7.606
Móveis e utensílios	7,2	6.055	55	-	6.111	(3.592)	(219)	-	(3.812)	2.299	2.463
Terrenos	-	3.304	-	-	3.304	-	-	-	-	3.304	3.304
Edificações	6,9	3.033	400	-	3.437	(998)	(112)	-	(1.110)	2.327	2.035
Veículos	11,6	6.069	-	-	6.068	(3.473)	(352)	-	(3.830)	2.238	2.596
Instalações	10,3	6.191	153	-	6.338	(1.773)	(321)	-	(2.095)	4.243	4.418
Outros	-	5.666	-	-	874	-	-	-	-	874	5.666
		148.651	1.902	(6)	(4.792)	145.755	(103.732)	-	(108.477)	37.278	44.919

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 não foram capitalizados encargos financeiros.

Notas Explicativas

9. Intangível

	Custo			Amortização			Residual			
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 30/06/2014	Adições	Saldo em 30/06/2014	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 30/06/2014	Saldo em 31/12/2013
Contratos de concessão	1.985.399	162.933	-	5.308	2.153.640	(806.817)	(47.800)	(854.617)	1.299.023	1.178.582
Softwares de terceiros	6.276	618	-	-	6.894	(3.799)	(385)	(4.184)	2.710	2.477
	5.782	-	(2)	-	5.780	-	-	-	5.780	5.782
Intangível em andamento	1.997.457	163.551	(2)	5.308	2.166.314	(810.616)	(48.185)	(858.801)	1.307.513	1.186.841

	Custo			Amortização			Residual			
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 30/06/2015	Adições	Transf.	Saldo em 30/06/2014	Saldo em 30/06/2015	Saldo em 31/12/2014
Contratos de concessão	2.304.963	19.182	(4.562)	4.837	2.324.420	(918.273)	6	(973.982)	1.350.438	1.386.690
Softwares de terceiros	7.532	396	-	-	7.928	(4.630)	-	(5.091)	2.837	2.902
Intangível em andamento	370	262	-	(45)	587	-	-	-	587	370
	2.312.865	19.840	(4.562)	4.792	2.332.935	(922.903)	6	(979.073)	1.353.862	1.389.962

Taxas médias

anuais de

amortização %

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

31/12/2014

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão, é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 30 de junho de 2015 é de 4,81% ao ano (4,61% ao ano em 30 de junho de 2014).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas**b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	30/06/2015	30/06/2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	149.259	173.552
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(50.748)	(59.008)
Juros sobre o capital próprio	3.521	3.061
Outros	1.234	(12)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(45.993)	(55.959)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(50.483)	(55.182)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	4.490	(777)

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	30/06/2015	30/06/2014
Saldo inicial provisão IR/CS	14.980	6.258
Despesa IR/CS corrente DRE	50.483	55.182
Total IR/CS pagos no período	(57.356)	(52.094)
Saldo final provisão IR/CS	8.107	9.346

11. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	30/06/2015	31/12/2014
Impostos sobre arrecadação:		
ISS	3.146	4.054
COFINS	2.052	2.614
PIS	445	566
ISS na fonte	739	1.266
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre prestação de serviços	253	175
INSS fonte	49	458
Outros impostos	495	314
	7.179	9.447

12. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	30/06/2015	31/12/2014
Principal corrigido	1.025.529	968.988
Remuneração (juros)	12.752	28.862
Custos com emissão de debêntures (*)	(22.494)	(24.571)
	1.015.787	973.279
Circulante	6.139	25.974
Não circulante	1.009.648	947.305

Notas Explicativas

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	30/06/2015	30/06/2014
Saldo inicial	973.279	1.011.715
Pagamento de juros	(42.173)	(63.655)
Pagamento de principal	-	(31.500)
Encargos financeiros	84.681	67.175
Saldo final	1.015.787	983.735

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Em 03 de novembro de 2014, a 1ª Emissão de Debêntures da Companhia foi integralmente quitada.

Em 30 de junho de 2015, os índices financeiros exigidos foram atendidos, conforme demonstrado abaixo:

2ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,44
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	5,02

(*) Índices não revisado pelos auditores independentes.

Descrição	1ª emissão	2ª emissão
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, não conversíveis em ações
Data da emissão	21/12/06	07/05/13
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)	881.000 (em duas séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10,00	R\$1
Valor da emissão	R\$450.000 1ª série - R\$ 135.000 2ª série - R\$ 157.500 3ª série - R\$ 157.500	R\$881.000 1ª série - R\$ 200.000 2ª série - R\$ 681.000
Valor nominal unitário atualizado em 30 de junho de 2015	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$ - 3ª série - R\$ -	1ª série - R\$1,18 2ª série - R\$1,19
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª série - IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculada de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	n/a

Notas Explicativas

Descrição	1ª emissão	2ª emissão
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP E BMF&BOVESPA
Instituição responsável pela conta de reserva	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	n/a
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Garantias	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio.	n/a
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.
Classificação de riscos	"brAAA" da Standard & Poors	"brAAA" da Standard & Poors
Índices financeiros exigidos	(i) Índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA); e (ii) índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.	(i) Índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA); e (ii) índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/06/2015			31/12/2014		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2016	-	-	-	-	(2.863)	(2.863)
2017	-	(1.263)	(1.263)	-	(3.227)	(3.227)
2018	-	(3.227)	(3.227)	-	(3.442)	(3.442)
2019	116.882	(3.442)	113.440	109.987	(2.942)	107.045
2020	116.882	(2.942)	113.940	109.987	(2.653)	107.334
2021 a 2024	795.966	(9.208)	786.758	749.014	(6.556)	742.458
	1.029.730	(20.082)	1.009.648	968.988	(21.683)	947.305

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª emissão						
Debêntures 1ª série	01/11/2006	135.000	(2.677)	132.323	104% CDI	107% CDI
Debêntures 2ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
Debêntures 3ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35% + IGP-M
2ª emissão						
Debêntures 1ª série	15/04/2013	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
Debêntures 2ª série	15/04/2013	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
		1.331.000	(39.286)	1.291.714		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de "bookbuilding", que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

Notas Explicativas

13. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos e movimentações relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante e não circulante
Companhia	Natureza	Cientes	Intangível	Contas a pagar
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	Outras partes relacionadas	-	24.247	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	249	33
CBB Ind. Com. de Asfalto e Eng. Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	1.951	269
Conc.Rod.Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1	-	14
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora direta	59	-	3
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	38.707
Conc. Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte (c)	Outras partes relacionadas	-	-	120
Total em 30 de junho de 2015		60	26.447	39.146
Total em 31 de dezembro de 2014		136	207.794	7.772

Demonstração do resultado

Companhia	Natureza	Receita	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	119	27.724	14.417
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	Outras partes relacionadas	-	-	117
Total em 30 de junho de 2015		119	27.724	14.534
Total em 30 de junho de 2014		115	26.054	(13.548)

- (a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias (CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A.), e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$371.268, incluindo aditivo contratual. O contrato encerrou-se em 31 de maio de 2015. Em 30 de junho de 2015, não existem saldos em aberto a pagar.
- (b) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$85.985, o saldo em aberto de R\$38.707 em 30 de junho de 2015 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargo financeiro e não foi concedida garantia.
- (c) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias). Os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$38.615, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 30 de junho de 2015 há um saldo de serviços a realizar de R\$30.648. Os saldos em aberto a pagar R\$302 (sobre os serviços incorridos) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Notas Explicativas

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2015 no montante R\$1.147 (R\$1.850 em 31 de dezembro de 2014).

A remuneração dos administradores nos períodos está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Remuneração (fixa/variável)	387	414
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 18.d)	82	86
Previdência privada	26	27
	<u>495</u>	<u>527</u>

14. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 10,45% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2014</u>
Constituição da provisão para manutenção	286.114	21.740	-	-	307.854
Efeito do valor presente sobre a constituição	(46.926)	(2.694)	-	-	(49.620)
Realização da manutenção	(210.727)	-	(10.635)	-	(221.362)
Ajuste a valor presente - realizações	24.228	-	-	1.075	25.303
	<u>52.689</u>	<u>19.046</u>	<u>(10.635)</u>	<u>1.075</u>	<u>62.175</u>
Circulante	8.440				7.098
Não circulante	44.249				55.077

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2015</u>
Constituição da provisão para manutenção	340.787	27.060	-	-	367.847
Efeito do valor presente sobre a constituição	(52.978)	(3.545)	-	-	(56.523)
Realização da manutenção	(241.828)	-	(19.709)	-	(261.537)
Ajuste a valor presente - realizações	26.690	-	-	3.771	30.461
	<u>72.671</u>	<u>23.515</u>	<u>(19.709)</u>	<u>3.771</u>	<u>80.248</u>
Circulante	18.497				10.051
Não circulante	54.174				70.197

Notas Explicativas

15. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 10,45% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2013	Efeito financeiro	30/06/2014
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.638	42	4.680
	<u>2.268</u>	<u>42</u>	<u>2.310</u>
Não circulante	2.268		2.310

	31/12/2014	Efeito financeiro	30/06/2015
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.807	85	4.892
	<u>2.437</u>	<u>85</u>	<u>2.522</u>
Não circulante	2.437		2.522

16. Obrigações com o Poder Concedente

	30/06/2015	31/12/2014
Parcelas fixas (a)	43.974	48.363
Parcelas variáveis (b)	1.027	1.308
	<u>45.001</u>	<u>49.671</u>
Circulante	17.840	17.423
Não circulante	27.161	32.248

(a) De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 30 de junho de 2015, restam 34 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 85,83% do total (83,33% em 31 de dezembro de 2014).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações das obrigações com o Poder Concedente considerando uma taxa de desconto de 9,50% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries da primeira emissão das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do período findo em 30 de junho de 2015 o desconto de R\$1.942 (R\$2.401 em 30 de junho de 2014), somado à atualização monetária do direito de outorga de R\$1.690 (R\$1.459 em 30 de junho de 2014), e foi totalizado o valor líquido de R\$3.632 (R\$3.860 em 30 de junho de 2014) de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

(b) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

Notas Explicativas

	30/06/2015	31/12/2014
2016	7.738	14.717
2017	14.594	13.440
2018	4.829	4.091
	27.161	32.248

A movimentação está demonstrada a seguir:

	30/06/2015	30/06/2014
Saldo inicial	49.671	59.012
Varição monetária sobre as obrigações com o Poder Concedente	3.632	3.860
Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	6.743	6.466
Pagamento principal e atualização	(15.045)	(14.539)
Saldo final	45.001	54.799

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de junho de 2015, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Natureza dos custos	30/06/2015	31/12/2014
	Previsão de	Previsão de
	2015-2018	2015-2018
Melhorias na infraestrutura	194.003	207.664
Conservação especial (manutenção)	278.945	282.187
Equipamentos	47.639	45.916

17. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	40.250	6.351	3.289	49.890
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	7.274	32	103	7.409
(-) Pagamentos	(1.004)	(595)	(325)	(1.924)
(+) Atualização monetária	338	266	33	637
(+/-) Reclassificações	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2014	46.858	6.054	3.100	56.012
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	51.440	6.071	4.653	62.164
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.000	1.417	451	2.868
(-) Pagamentos	(443)	(2.850)	(8)	(3.301)
(+) Atualização monetária	3.068	295	170	3.533
Saldos em 30 de junho de 2015	55.065	4.933	5.266	65.264

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de junho de 2015, R\$11.294 (R\$9.139 em 31 de dezembro de 2014), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável é uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$32.314 em 31 de dezembro de 2013 (em 30 de junho de 2015 este valor atualizado é de R\$42.248 e em 31 de dezembro de 2014 R\$39.895), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014

Notas Explicativas

foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 30 de junho de 2015, o valor atualizado desse depósito judicial é de R\$42.248.

(b) **Processos tributários**

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 30 de junho de 2015, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$13.882 (R\$10.610 em 31 de dezembro de 2014), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(c) **Processos trabalhistas**

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2015, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$13.088 (R\$13.224 em 31 de dezembro de 2014), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

18. Patrimônio líquido

a) **Capital social**

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

b) **Capital autorizado**

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) **Reserva de lucros - legal**

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a reserva de lucros legal já havia atingido o limite de 20% do capital social no montante de R\$60.509.

d) **Reserva de capital - plano de opção com base em ações**

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura, de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social, efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura. Essas ações deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente, que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. disponibilizou 372.846 ações ordinárias para esse plano, conforme a seguir:

Data	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga
	31/08/2010	22/03/2011	23/03/2012	25/04/2013	28/04/2014
Quantidade de opções de ações	23.404	28.516	30.587	68.852	221.487
Preço no período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Durante o período findo em 30 de junho de 2015, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" o valor de R\$82 (R\$86 em 30 de junho de 2014).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão, as quais serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	23.404	-	-	-	-	23.404
Outorgadas	-	28.516	-	-	-	28.516
Exercidas	(5.851)	-	-	-	-	(5.851)
Canceladas	(17.553)	-	-	-	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	-	28.516	-	-	-	28.516
Outorgadas	-	-	30.587	-	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	-	28.516	30.587	-	-	59.103
Outorgadas	-	-	-	68.852	-	68.852
Em 31 de dezembro de 2013	-	28.516	30.587	68.852	-	127.955
Outorgadas	-	-	-	-	221.487	221.487
Em 31 de dezembro de 2014	-	28.516	30.587	68.852	221.487	349.442
Canceladas	-	(28.516)	(30.587)	(68.852)	(221.487)	(349.442)
Em 30 de junho de 2015	-	-	-	-	-	-

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio no período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2015	15,67	87.361	2,56	223	11 meses
2016	15,61	80.232	2,67	214	23 meses
2017	15,62	72.585	3,16	229	35 meses
2018	12,37	55.371	2,10	117	47 meses
		295.549	2,62	783	

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

O montante de dividendos pagos em 30 de junho de 2015 no valor de R\$103.847 refere-se a: R\$16.231 saldo de dividendos remanescentes de 2014, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015; R\$78.783 dividendos intermediários do exercício de 2015, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2016 e R\$8.833 juros sobre capital próprio do exercício de 2015.

19. Receita líquida

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	147.958	146.659
Pedágio por equipamento eletrônico	255.654	238.355
Vale-pedágio	26.028	26.973
Outras	328	354
	429.968	412.341
Receitas com construção	32.246	178.514
Receitas acessórias (a)	19.575	18.697
	51.821	197.211
Receita bruta	481.789	609.552
Deduções de receita (b)	(38.833)	(37.153)
Receita líquida	442.956	572.399

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

(b) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

<u>Base de cálculo de impostos</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Receitas com arrecadação de pedágio	429.968	412.341
Receitas acessórias	19.575	18.697
	449.543	431.038
<u>Deduções</u>		
COFINS (3%)	(13.486)	(12.931)
PIS (0,65%)	(2.922)	(2.802)
ISS (2% a 5%)	(22.411)	(21.420)
Deduções e abatimentos	(14)	-
	(38.833)	(37.153)

20. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Pessoal	16.640	16.516
Conservação e manutenção	6.638	6.695
Serviços de terceiros (a)	51.062	49.838
Seguros (vide Nota Explicativa nº 26)	2.796	1.867
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 16)	6.743	6.466
Provisão para manutenção (vide Nota explicativa nº 14)	23.515	19.046
Custos com construção	32.246	178.514
Depreciações e amortizações	60.915	52.672
Locações de imóveis e máquinas	1.681	1.692
Outros custos e despesas operacionais	8.322	6.408
	210.558	339.714
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	185.131	313.457
Despesas gerais e administrativas	25.427	26.257

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

Notas Explicativas

21. Resultado financeiro

	30/06/2015	30/06/2014
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	6.491	15.818
Variação monetária ativa de debêntures	-	407
Variação monetária ativa dep. judiciais	6.487	521
	12.978	16.746
Juros sobre debêntures	(21.862)	(23.913)
Variação monetária sobre debêntures	(60.743)	(41.671)
Variação monetária sobre direito de outorga	(3.632)	(3.860)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(2.076)	(1.998)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(3.856)	(1.117)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(3.532)	(2.666)
Outras	(413)	(647)
	(96.114)	(75.872)
Resultado financeiro	(83.136)	(59.126)

22. Lucro por ação

a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	30/06/2015	30/06/2014
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	103.266	117.593
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	270.386	270.386
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,38	0,43

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa 18.d, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A..

23. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a distribuição de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 30 de junho de 2015, a PLR foi de R\$920 (R\$987 em 30 de junho de 2014), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por

Notas Explicativas

meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

Índices de endividamento

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Dívida (i)	1.060.788	1.022.950
Caixa e equivalentes de caixa	(144.461)	(48.187)
Dívida líquida	916.327	974.763
Patrimônio líquido (ii)	377.675	379.696
Índice de endividamento líquido	2,43	2,57

(i) A dívida é definida como debêntures e obrigações com o Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 12 e 16.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDBs e fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 101,2% (100,9% em 31 de dezembro de 2014) do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2015 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	5.397	5.397
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	57.677	57.677
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	139.064	139.064
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	13.695	13.695
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	1.015.787	1.015.787
Obrigações com o Poder Concedente	Outros passivos financeiros	45.001	48.664

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) As debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia apresentava valores a receber da companhia Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$46.669 (R\$51.560 em 31 de dezembro de 2014), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e

Notas Explicativas

passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Obrigações com o Poder Concedente	IGP-M	16.979	17.926	18.927	-
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	11.187	10.211	10.984	341.608
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	42.888	39.161	42.121	1.737.779

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa do CDI	15.245	11.434	7.622
Juros sobre a 1ª e 2ª séries das debêntures (b)	Alta do IPCA	(54.412)	(55.861)	(57.318)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (c)	Alta do IGP-M	(94)	(117)	(141)
Juros a incorrer, líquidos		(39.261)	(44.544)	(49.837)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II -25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	13,64%	10,23%	6,82%
IPCA (b)	9,0%	11,25%	13,50%
IGP-M (c)	7,0%	8,75%	10,5%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

25. Plano de previdência privada

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 30 de junho de 2015, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$193 (R\$122 em 30 de junho de 2014), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Notas Explicativas

26. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de junho de 2015, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro-garantia	Maio de 2015 a maio de 2016	293.244
Responsabilidade civil	Maio de 2015 a maio de 2016	78.797
"All Risks" - danos materiais	Maio de 2015 a maio de 2016	5.243.540
"All Risks" - Equipamentos	Maio de 2015 a maio de 2016	199
"All Risks" - Perda de receita	Maio de 2015 a maio de 2016	924.367
"All Risks" - Manut. Conserv.	Maio de 2015 a maio de 2016	83.968
Veículos	Junho de 2015 a junho de 2016	Tabela Fipe

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de agosto de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP-249186/O-5